

“O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as inovações no apoio à agricultura familiar”

Carolina Marques, Karen Corrêa e Sabrina Pimenta
com contribuições dos grupos e do professor

O artigo de Moruzzi Marques, Le Moal e Andrade (2014) aborda os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em assentamentos no estado de São Paulo. Convém assim apresentar primeiramente o contexto histórico referente às políticas públicas brasileiras.

Desde os anos de 1960, o referencial da modernização da agricultura orientou a concepção das políticas públicas com uma lógica de sua subordinação às dinâmicas industriais. Esta modernização teve um caráter conservador, por não alterar a estrutura de distribuição de terras no país. Com efeito, a ditadura militar, implantada em 1964, tornou profundamente autoritária a tomada de decisões políticas, o que favoreceu a integração da agricultura aos circuitos industriais e financeiros.

No período de transição democrática, nos anos de 1980, a ação pública se moldou gradualmente a um referencial de mercado. Nesse sentido, é uma visão liberal do comércio agrícola e do papel do Estado que orienta a concepção das políticas públicas. Nesta ótica, são as sinalizações do mercado que devem antes de tudo governar a atividade agrícola, com a famosa “mão invisível”, tal como imaginada por Adam Smith.

Em meados dos anos 1990, a implementação do Pronaf ocorre visando a transformação da agricultura familiar sob uma ótica do referencial modernizador. Paralelamente, a germinação do referencial global de desenvolvimento sustentável e o referencial setorial de agricultura sustentável tornam-se cada vez mais uma bússola para a ação pública (Muller, 2010),

É possível considerar que este referencial de sustentabilidade orienta a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003. Trata-se de um dispositivo de política pública que integra o apoio à comercialização da agricultura familiar e o combate à fome em meio urbano, favorecendo Circuitos Curtos de Proximidade (CCP).

No caso de assentamentos, sua implementação modifica as lógicas produtivas e alimentares das famílias, valorizando uma agricultura diversificada e orgânica, cujos produtos são consumidos localmente. Com efeito, os agricultores familiares fornecem alimentos regularmente a diferentes instituições de assistência social, promovendo solidariedade em torno da alimentação. De fato, este dispositivo tende a criar laços entre as famílias de agricultores e os beneficiários da assistência pública social. Os Circuitos Curtos de Proximidade (CCP) foram concebidos sobre quatro pilares por Catherine Darrot e Guy Durant (2010):

1. Social, associado à noção de solidariedade alimentar, assegurando acesso aos alimentos de forma mais equilibrada;
2. Ambiental, vinculado às preocupações com a preservação da biodiversidade e a qualidade da água e dos solos;

3. Econômico, ligado à redução de custos de logística, à agregação de valor ao produto agrícola e à diminuição da dependência ao setor industrial (favorecendo a autonomia dos agricultores em relação ao modelo industrial de agricultura);
4. Alimentar, estabelecido a partir de ideias de disponibilizar alimentos mais frescos e saudáveis, valorizando a tradição dos territórios em que são produzidos.

Oportuno lembrar que no Brasil não há uma definição oficial para circuitos curtos (CC). Na França, o termo CC é utilizado para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor (CHAFFOTE; CHIFFOLEAU, 2007), em situações de venda direta e a venda indireta (com a intermediação de outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado local). Outras definições são concebidas com vistas a oferecer maior precisão a esta noção. Assim, são propostos conceitos de circuitos curtos de proximidade (AUBRI; CHIFFOLEAU, 2009) ou circuitos curtos alimentares (MARECHAL, 2008). A ideia de integrar proximidade geográfica e social/relacional entre consumidor e produtor é cada vez mais considerada nas definições de circuitos curtos. Enfim, Deverre e Lamine (2010) propõe utilizar o termo circuitos alternativos, formulado a partir de crítica ao modelo convencional agroalimentar, considerando princípios de relações mais justas entre produtores e consumidores.

O programa é regulamentado pela Lei nº 10.696/2003 que notadamente permite simplificar a aquisição pública de produtos da agricultura familiar. De acordo com a lei, o agricultor para ser beneficiado deve corresponder aos critérios do Pronaf e a aquisição dos alimentos deve responder aos objetivos do PAA.

Os assentamentos

Milton Santos – O assentamento é composto por 68 famílias ocupando aproximadamente 100 hectares. É fruto de uma mudança de estratégia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), buscando privilegiar a obtenção de terras dotadas de melhor infraestrutura para a instalação dos agricultores. Nos anos de 1970, por conta de dívidas dos proprietários, as terras do assentamento foram incorporadas ao patrimônio público. Por conta da pressão do movimento social, foram posteriormente transferidas para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para fins de reforma agrária.

Pontal do Paranapanema – A região é composta por 108 assentamentos com cerca de 6.500 famílias em área de 146.000 hectares. Os assentamentos do Pontal são muito representativos da luta por terra no Brasil. Seus projetos de desenvolvimento foram orientados por uma ótica produtivista, o que explica em grande medida o fracasso da principal cooperativa de assentados implantada na região, que apoiou uma produção intensiva e especializada. Com sua falência, muitas famílias se endividaram. Na época da pesquisa, a base dos sistemas produtivos era a pecuária leiteira, as pastagens ocupando 80% da área agrícola. De fato, a degradação destas pastagens e a adoção de práticas inadequadas levam a uma renda reduzida nos estabelecimentos familiares. Desta forma, o dispositivo Compra Direta da Agricultura Familiar para Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (DS-PAA), norteado por um referencial de CCP, trouxe novas perspectivas

para estes assentamentos, favorecendo o desempenho de múltiplas funções da atividade agrícola. Os assentamentos estudados nesta região foram o Margarida Alves (91 famílias) e o Antônio Conselheiro (63 famílias).

Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos

A implantação do programa favorece os circuitos locais de abastecimento alimentar, permitindo pensar em novas formas de solidariedade em torno da alimentação por estabelecer laços entre agricultores familiares e os beneficiários do socorro alimentar. Os principais impactos do programa nos assentamentos estudados foram os seguintes:

Dimensão social: boa parte dos alimentos é destinada a instituições de assistência social (acolhendo deficientes físicos, dependentes de drogas, ex-detentos, etc.); por meio do programa, o reconhecimento da atividade agrícola aumenta; há estímulo ao associativismo; há também quebra do preconceito local com as famílias assentadas.

Dimensão ambiental: observa-se a valorização de produtos alimentares orgânicos ou agroecológicos graças à majoração de até 30% de seus preços em relação ao alimento produzido de forma convencional; a lógica do programa é favorável a projeto agroecológicos, como aqueles do Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP; .

Dimensão econômica: a partir do programa, 50 agricultores auxiliaram 9.000 pessoas em estado de insegurança alimentar com o fornecimento de alimentos; o dispositivo garante uma fonte regular de remuneração das famílias assentadas; crescem os planos de investimento no sistema produtivo; as mulheres apresentam grande interesse pelo programa, pois há maior valorização de suas atividades em particular com “produtos de quintal” (plantados para o consumo da família, mas muito abundantes e diversos, podendo ter seu excedente vendido); há uma diminuição da dependência do Programa Bolsa Família, muito importante entre as famílias assentadas.

Dimensão alimentar: constata-se melhora no plano alimentar das famílias da região, com o aumento do consumo de legumes, ovos, frangos e verduras; é possível considerar a existência assim de uma reeducação alimentar dos assistidos por instituições sociais.

A partir da implementação do programa, é nítida a capacidade das iniciativas públicas em favorecer a agricultura familiar com uma abordagem distinta de uma visão industrial. Assim, é perceptível com o DS/PAA o aumento da renda dos agricultores e o reconhecimento de sua atividade agrícola, o que auxilia seus projetos de reconstrução de vida. Cabe ressaltar que a fragilidade do PAA reside em sua pouca sinergia com outros programas destinados à agricultura familiar.

Referências

AUBRI, C.; CHIFFOLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. *Innovations Agronomiques*, v. 5, p. 53-97, 2009.

CHAFFOTTE, L. ; CHIFFOLEAU, Y. Vente directe et circuits courts : évaluations, définitions et typologie. *Cahiers de l'Observatoire CROC*, Montpellier, n° 1-2, 2007. 8 p.

DARROT, Catherine e DURANT, Guy. Référentiel central des circuits courts de proximité: mise en évidence et statut pour l'action. In: TRAVERSAC, Jean-Baptiste. *Circuits courts: contribution au développement régional*. Dijon: Educagri éditions, 2010.

DEVERRE, C.; LAMINE, C. Les systèmes agroalimentaires alternatifs: Une revue de travaux anglophones en sciences sociales. *Economie Rurale*, n° 317, p. 57-73, 2010.

MORUZZI MARQUES, P. E.; LE MOAL, M. F.; DE ANDRADE, A. G. F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo. Agricultura De Proximidade Em Questão. *RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais*. - Campinas: UNICAMP, v. 8, n. 1, 2014.

MULLER, Pierre. Introduction: les changements d'échelles des politiques agricoles. In : *Le monde agricole en politique: de la fin des paysans au retour de la question agricole*. Paris: Presse de Science Po, 2010, p.339-350